



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 111

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 111**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Indicações	02
Projetos de Lei	04
Pequeno Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	06
Dep. Barbosa Neto	06
Dep. Plauto Miró Guimarães	07
Dep. José Domingos Scarpellini	08
Dep. José Maria Ferreira	08
Dep. Elio Rusch	09
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch	11
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch	10
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	15
Liderança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	16
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	17
Discussão / Votação:	
Redação Final	17
Encerramento da Sessão Ordinária.....	18

105ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE OUTUBRO DE 2005**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Secretária Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (29). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Reni Pereira, Ademar Traiano, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (23). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Nereu Moura, Alexandre Curi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 055/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01 - A criação e implantação da Farmácia do Servidor Público do Estado do Paraná.

02 - Esta farmácia oferecerá medicamentos a preço de custo a todos os servidores do Estado.

03 - Os valores referentes aos medicamentos serão descontados na folha de pagamento do servidor. Caso a compra supere a 10% do salário do servidor, os valores poderão ser parcelados.

Sala das Sessões, em 11.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

Devido ao alto custo dos remédios, a população tem enfrentado dificuldades em adquiri-los e a cada dia fica mais difícil para os paranaenses realizarem tratamentos de saúde com os medicamentos indicados pelos médicos.

A Farmácia do Servidor Público no Estado do Paraná oferecerá ao servidor medicamentos a preço de custo, o que reduz uma média de 30% (trinta por cento) os valores a serem pagos.

Esta indicação sugere que os valores referentes aos medicamentos sejam descontados na folha de pagamento dos servidores, havendo inclusive a possibilidade de parcelamento, dependendo do valor, o que facilita o acesso e diminui a dificuldade desses cidadãos em realizar tratamentos de saúde.

INDICAÇÃO Nº 056/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Elio Rusch, adiante assinado, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

O Sistema de Cobrança Antecipada do ICMS, por Substituição Tributária, não obstante retirar parcela significativa do capital de giro das empresas, em face do pagamento antecipado do imposto das operações subsequentes das empresas, tem-se revelado um importante instrumento para redução da sonegação fiscal e da concorrência desleal.

Ocorre, no entanto que tratando-se de um imposto de competência das unidades da Federação, como é o caso do ICMS, o perfeito funcionamento do regime de tributação por substituição tributária, depende de uniformidade de tratamento tributário, sob pena de acarretar prejuízos irreparáveis, tanto para a Fazenda Pública, quanto para os contribuintes.

A falta de uniformidade do sistema de cobrança dos impostos, como se sabe, potencializa os riscos de sonegação fiscal e favorece o chamado “planejamento tributário” apoiado pela política predatória de atração de empreendimentos econômicos em curso em várias unidades da Federação, a exemplo de Santa Catarina onde existe regime especial, cobrando-se antecipadamente na barreira quando da entrada de produtos via atacadistas distribuidores do Paraná.

No quadro a seguir, a iniciativa do Paraná enquadrando os tópicos na condição de substituição tributária e

não acompanhado dos Estado de Santa Catarina e São Paulo, tem favorecido o ingresso em nosso Estado, de produtos procedentes daquelas unidades da Federação, sem o recolhimento do imposto das operações subsequentes. Principalmente nas vendas aos estabelecimentos varejistas, enquadrados no SIMPLES/PR.

ESTADOS

PRODUTOS	SÃO PAULO	SANTA CATARINA	PARANÁ	CÓDIGO
Lâmpadas	Não	Não	Sim	85393100
Pilha	Não	Não	Sim	85061010
Isqueiro	Não	Não	Sim	96131000
Aparelho de Barbear	Não	Não	Sim	82121020
Bateria	Não	Não	Sim	85061030
Lâminas de Barbear	Não	Não	Sim	82122010
Ceras	Sim	Sim	Sim	34052000
Lustra Móveis	Sim	Sim	Sim	34052000

Diante do exposto, se faz necessária a exclusão desses produtos do regime de Substituição Tributária, voltando os mesmos para a conta gráfica, para que as empresas atacadistas distribuidoras paranaenses, possam recuperar as vendas perdidas e o nosso Estado do Paraná, a devida receita tributária.

Para tanto, rogamos a exclusão do regime de Substituição Tributária, enquanto perdurar o atual regime de tributação nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, dos produtos arrolados no presente.

Sala das Sessões, em 11.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como objetivo a exclusão dos produtos acima arrolados do regime de Substituição Tributária, voltando os mesmos para a conta gráfica. Não se trata de um regime especial, mas tão somente um tratamento igual para os Estados confrontantes.

Diversos Estados da Federação continuam adotando medidas em benefício do segmento atacadista distribuidor, elevando o seu poder de competitividade, dentro e fora de seus respectivos Estados, os quais podemos citar principalmente Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, que nos afetam diretamente, no caso da Substituição Tributária, pois o Paraná perde até nas licitações públicas para a compra de lâmpadas por parte das Prefeituras e Órgãos Públicos, além de os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul editarem decreto inconstitucional, exigindo que as vendas feitas para aqueles Estados, por empresas paranaenses, efetuem o recolhimento do ICMS na barreira, na entrada de seu Estado.

Desta forma, espero contar com o devido apoio dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 626/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.097, de 25 de maio de 1995, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º É proibido a fabricação, transporte e comercialização, em todo o território paranaense, de brinquedos de armas de fogo que disparem projéteis através de pressão, bem como aqueles com características de armas verdadeiras”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo complementar lei de minha autoria, estendendo a sua eficácia e a sua fiscalização junto aos órgãos públicos, atendendo às inúmeras solicitações da sociedade em geral e das autoridades civis e militares. Seu objetivo recíproo é o de coibir a existência desses brinquedos tão danosos à formação dos nossos pequeninos paranaenses.

Em tempos de uma busca incessante pela paz, não justifica a existência de brinquedos que imitam armas nas mãos das nossas crianças, muito menos, servindo aos meliantes como objeto de intimidação de favorecimento ao delito.

PROJETO DE LEI Nº 627/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a incluir no ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino, a disciplina de “Noções Básicas de Direito Constitucional”.

Art. 2º A disciplina tratada no artigo anterior deverá ser abordada com enfoque prioritário na Constituição Federal de modo que esclareça seus efeitos nas Constituições Estaduais, notadamente no Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.10.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Esta proposta pretende a elaboração de projeto visando levar ao conhecimento das pessoas em desenvolvimento, de forma obrigatória e sistemática, noções bá-

cas referentes aos direitos e deveres dos cidadãos, nos exatos termos fixados pela Constituição da República.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, entre as matérias obrigatórias de base comum dos currículos, o conhecimento da realidade social e política do Brasil e determina a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à Ordem Democrática. O ensino precoce das disposições constitucionais federais tende a melhorar o exercício da cidadania, formando pessoas mais conscientes de seus direitos e deveres.

Ademais, deve-se considerar que a contribuição da Ordem dos Advogados do Brasil, articulada com os Conselhos de Educação, tanto Estadual quanto Municipal, poderá prestar ao ensino da matéria proposta.

Por fim, sugere-se que a matéria destacada seja incluída na grade curricular das escolas municipais e particulares.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 628/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a “Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção”, com sede e foro no Município de Ponta Grossa-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.10.2005.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção do Município de Ponta Grossa, tem como finalidade integrar e promover os segmentos vulneráveis e subalternizados da sociedade; organizar cursos promocionais de educação popular, cursos livres, ações básicas de saúde e alimentação alternativa, Clube de Mães, pequenas oficinas e promover triagem, grupo de apoio à família e reinserção social; prevenir a marginalização das pessoas; proporcionar proteção à infância, à adolescência e à velhice; animar e orientar a organização comunitária; congregar associados, oportunizando sua formação contínua a nível espiritual, cultural e profissional; fundar e administrar hospitais, creches, lares, comunidade terapêuticas, casas de abrigo para adolescentes em situação de risco, comunidades religiosas, de adoração perpétua e de formação; promover evangelização em todos os níveis em busca do transcendente pela vivência da fé e valorização de cada pessoa, família e pátria. No desenvolvimento de suas atividades não fará qualquer discriminação.

PROJETO DE LEI Nº 629/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Dilvo Grolli.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Srs. Deputados:

É tão incomum neste Parlamento matéria que concede título de “cidadania benemerita”. Em quase a sua totalidade, a concessão é de “título de cidadania honorária”, porém, hoje, o faço por um ilustre paranaense, nascido na cidade de Cascavel e, que tem uma trajetória profissional, social e familiar das mais proeminentes deste Estado, cuja exemplaridade me motiva a formular a presente proposição, para prestar uma homenagem justa e merecida ao Sr. Dilvo Grolli, ilustre Diretor-Presidente da Coopavel - Cooperativa Agroindustrial de Cascavel Ltda.

Dilvo Grolli

Nasceu em Cascavel, na localidade de São Domingos, em 11 de agosto de 1953, filho de Ermírio Grolli e Thereza Campagnolo Grolli.

É casado com Mirian Dina Polati Grolli e pai dos filhos Samuel e Cláudia.

Em sua formação acadêmica é bacharelado em Administração de Empresas e pós-graduado em Gestão Empresarial e Logística.

A sua participação nas atividades comunitárias começou ainda nos tempos de estudante, quando foi Presidente do Diretório Acadêmico dos Estudantes da então Fecivel, hoje Unioeste, campus de Cascavel, por dois mandatos, 1976/77 e 1978/79. Soma-se a essa experiência, o seu ingresso na Câmara Júnior Internacional - organização de formação de lideranças. Como integrante dessa conceituada organização transnacional, ocupou em 1987, o cargo de Presidente do Capítulo da cidade de Cascavel.

Antes de assumir cargos na Coopavel, Dilvo Grolli atuou profissionalmente no Banco da Bahia S/A (1970 a 1973), Banco Sul Brasileiro S/A (1973 a 1975), Ordaga Incorporadora Imobiliária Ltda. (1975 a 1980); Codevel - Companhia de Desenvolvimento de Cascavel (1981 a 1982), como Diretor-Administrativo; e Banco Bamerindus do Brasil (1983 a 1985).

O seu ingresso na Coopavel deu-se em 1985, na função de Diretor-Secretário, como integrante do grupo de associados que assumiu aquela cooperativa, com a finalidade de reestruturá-la ante a crise econômica em que se encontrava, cuja dívida era maior que o capital e paralelamente se avolumavam os salários em atraso dos

funcionários e o número de associados com cereais depositados nas unidades receptoras sem poder receber. Uma árdua tarefa, contudo, vencida com galhardia. Prova incontestada da capacidade administrativa daquele abnegado grupo de cooperativistas.

Posteriormente, Dilvo Grolli assume a Vice-Presidência da Coopavel, ao lado do então Presidente Ibrahim Faiad. Em 1995, é eleito Diretor-Presidente dessa organização cooperativista, cujo cargo vem ocupando até hoje, por sucessivas reeleições. Revela notar, que sob sua presidência a Coopavel se solidificou e expandiu, vindo a se tornar uma das grandes cooperativas agropecuárias do País.

De todos os méritos reconhecidos na pessoa de Dilvo Grolli, um se sobressai, sem desmerecer os demais, é ter sido o idealizador do Show Rural Coopavel - que acabou se transformando num gigantesco evento de referência internacional. Quem já o visitou ou dele tomou conhecimento, por alguma forma, tem viva a sua grandiosidade.

Com certeza, não carece aqui relatar como se principiou a realização desse evento. A grandeza e a excelência do Show Rural Coopavel explicam tudo e o quanto foi acertada a idéia de criá-lo. O querer é tarefa daqueles que almejam não apenas o melhor para si mesmo, mas sim, para toda a coletividade. O desenvolvimento e o crescimento de uma proposta, de uma atividade, não é fruto da unilateralidade, mas senão, da conjugação de forças, a união de “individualidades” realizadoras, uma manifestação do querer de uma equipe.

Dilvo Grolli é detentor de um retrospecto pontuado por feitos e ações pujante, porque soube com muita dedicação, renúncia, perseverança e, sobretudo, com a virtude da honestidade e da seriedade, fazer o que é certo, o que é possível e ao seu alcance.

Por assim proceder, é convocado para integrar diretorias de entidades e órgãos, crentes de que terão em seus quadros uma pessoa que impõe respeito e dignidade, é motivadora e devotada àquilo que assume.

A par de sua extraordinária dedicação que devota ao seu posto de Diretor-Presidente da Coopavel, que acabou de ganhar o prêmio nacional de 1ª Cooperativa em Agronegócios do Brasil, por iniciativa da Revista IstoÉ Dinheiro, o Sr. Dilvo Grolli ocupa com muita propriedade os cargos de Diretor-Presidente da Credicoopavel - Cooperativa de Crédito Rural Coopavel; Vice-Presidente da Ocepar - Organização das Cooperativas do Paraná; Presidente da Câmara Setorial de Milho, Sorgo, Aves e Suínos do Ministério da Agricultura; Vice-Presidente para Agricultura da Associação Comercial e Industrial de Cascavel - ACIC, entre outros.

Muitas outras qualificações e gloriosas realizações do Sr. Dilvo Grolli poderiam ser aqui elencadas, pois não faltam referências e testemunhos para tal. Todavia, somos crentes que aquilo que narramos a respeito de sua pessoa, não deixa qualquer dúvida, para que a presente proposição seja aprovada.

Por isso, concito aos nobres Pares o devido apoio para o presente projeto de lei e sua imediata aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para apresentar aos senhores membros da Comissão de Fiscalização e Controle, da Assembléia Legislativa e dos municípios do Paraná, o relatório das ações da Comissão de Fiscalização até aqui, no ano de 2005.

Notifico que o reenvio de informações, referente à aplicação financeira da Fundação Copel e do Banco Santos, não veio resposta.

Solicitação e informação de documentos referentes ao patrimônio da administração da Fundação Emater, aplicações do Banco Santos - não veio resposta.

Envio de documentos relativos à distribuição de florestas, Araucária e Rio Azul - não veio resposta.

Convênios firmados com a ONG Ocipes e fundações - vieram algumas respostas, faltando outras.

Solicitação de novos documentos, no caso do Procurador Bona Turra - não veio resposta.

Revista Idéias e jornal Hora H - o Secretário da Comunicação não enviou a solicitação dos PADV's solicitados por esta Comissão.

Solicitamos também informações sobre a privatização do Banerj, do modo como foi privatizada e negociada a exclusividade das contas estaduais do banco vencedor do Rio de Janeiro - não veio resposta.

Copel, Cien, complementando informações - não veio resposta.

Informações sobre o comportamento do mercado de compra e venda de energia elétrica - não veio resposta.

Solicitação e cópia de procedimentos e processos instaurados, para apurar as denúncias referentes ao Centro Internacional de Convenções de Foz do Iguaçu - ainda faltam algumas respostas.

Solicitação de documentos referentes ao Centro de Interação de Foz do Iguaçu - ainda faltam algumas respostas.

Dados referentes à participação acionária do Estado no Centro Internacional de Convenções de Foz do Iguaçu - não veio resposta complementar.

Informações complementares referentes à prestação de contas de Piraquara, 2000 e 2002 - vieram respostas e a Comissão e os técnicos estão analisando.

Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, manifestar-me em relação à classe dos agentes penitenciários do nosso Estado. Recebem um adicional de 30% do

salário-base citado como gratificação, após a rebelião de 13 de novembro de 1989, na Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, onde um agente penitenciário, Adalberto Gomes da Silva, foi assassinado e vários reféns ficaram traumatizados, física e psicologicamente, como inclusive o Diretor e o Vice-Diretor, que tiveram seus corpos cortados.

O Governador da época, Álvaro Dias, e o então Secretário de Ação Social visitaram os feridos e, na verdade, o que pedem aqui ao Governador Requião - para não me alongar - é que se pense que os agentes penitenciários não querem aumento. Eles querem apenas a permanência de doze por 36 horas, tendo em vista que eles têm algumas horas extras que, às vezes, por uma rebelião no Centro de Detenção, eles têm que ficar algumas horas a mais, e a Constituição de 1988 lhes deu esse direito, e agora o Governo está pretendendo retirar-lhes esse direito.

Então, eles se manifestam como um todo, porque não querem aumento. Eles querem apenas continuar com os mesmos proventos que têm, tendo em vista que trabalham em um lugar preocupante em relação à saúde pública e que têm uma permanente atenção, porque vivem atendendo presos e gente que cometeu crimes que, eventualmente, possam oferecer risco à saúde dos agentes penitenciários.

Fica aqui o nosso apelo ao Líder do Governo, para que encaminhe ao Sr. Governador, para que não retire esse adicional que eles têm, que é mais do que merecido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós estamos trazendo, mais uma vez, na tarde de hoje, a preocupação em relação à segurança pública na cidade de Londrina no Norte do Estado do Paraná, em que pese alguns jornalecos que têm colunas muito tendenciosas, que têm informações de jornalistas que prestam assessoria para outros parlamentares, tenham insistido que este deputado usa em demasia a tribuna. E esse mesmo jornaleco, que está acostumado a receber subvenções oficiais, que tem "chapa branca" e que tem, inclusive, o seu proprietário envolvido em escândalos e está sendo, inclusive, alvo de ações por parte do Ministério Público, nós continuamos aqui nesta tribuna e vou subir toda vez que achar necessário, porque a mesma jornalista que escreve para um jornal, ainda presta assessoria para outro parlamentar, nesta Casa.

Portanto, não teria isenção para poder escrever ou, então, tivesse, mas que não misturasse as coisas. Talvez ela tenha faltado na aula de ética, e aliás, tenho orgulho

de dizer que sou formado em jornalismo, laureado com o primeiro lugar no curso da Universidade Estadual de Londrina, uma das melhores instituições do Brasil, e poderia, quem sabe, ensinar um pouco de noções básicas de ética para determinada - que não sei se é mas se intitula assim - jornalista.

A cidade de Londrina, hoje, está perguntando: onde -é que está a Patrulha Escolar? Para que serve a Patrulha Escolar, que é cantada em prosa e verso pelas propagandas oficiais do Governo e vemos que, todos os dias, alunos estão sendo atacados, chegando ao cúmulo de alguns colégios particulares se unirem para contratar seguranças particulares, a fim de evitar que sejam vítimas os seus filhos, como esse jornalista mostrou na semana passada um e-mail, que fiz questão de ler em plenário, para que esta Casa, que é a caixa de ressonância dos assuntos paranaenses, possa também ter consciência do que está acontecendo. Em Rolândia, mães e pais estão se unindo e criando uma organização não governamental para combater a gangue que age à luz do dia, atacando crianças de dez, doze, treze anos de idade!

Então, onde é que está a patrulha escolar? É a pergunta que este Deputado faz na tarde de hoje. E não me incomodo; subirei com mais insistência a esta tribuna, porque os áulicos que acham que eu me intimidei com notinhas de jornalecos, de circulação restrita e de órgãos chapa branca, tiveram um efeito contrário, porque agora é que nós subiremos com mais insistência para denunciar os desmandos, principalmente contra uma cidade que está abandonada no que tange à segurança pública, que é Londrina, é Ibiporã, é Cambé, é Rolândia, é o Norte do Paraná.

Nós vamos trazer sempre essa preocupação. Respeitamos o estilo de todos os Deputados. Alguns têm atuação parlamentar mais de gabinete, outros ligados aos Prefeitos, eu sou Deputado de falar. Este é um Parlamento, o nome quer dizer parle, é falar. E eu vou falar sempre que achar que tenho razão em defesa do povo que me elegeu. Essa é a minha posição. Quero que me respeitem! Quero que me respeitem, acima de tudo, porque eu sou Parlamentar pelos votos que obtive e pelo mandato que exerço, com todo o respeito aos nobres Pares desta Casa.

E gostaria até, Sr. Presidente, de utilizar esse um minuto que tenho para dizer que postura ética não precisa de aprender na escola, ética é comportamento, ética é berço, é respeito; é não fazer com os outros o que você não quer que façam com você; é entender e compreender, Deputado Elio Rusch, que os meus direitos terminam quando começam os direitos de outrem. É respeitar esses direitos e esses valores morais, acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acabou ontem, na cidade de Ponta Grossa, a mega-operação feita pelas Polícias Civil e Militar. Mega-operação que teve o nome de Ponta Grossa Segura. Fora, catorze dias, Srs. Deputados, que uma frente, uma mega-operação foi feita em Ponta Grossa e também em alguns municípios da região dos Campos Gerais.

Para que essa mega-operação pudesse acontecer foram à cidade de Ponta Grossa, 150 policiais de outros batalhões para se somarem a um pouco mais de duzentos que compõem o 1º Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Ponta Grossa. Vieram, de outros municípios, trinta viaturas, para poder ajudar nessa mega-operação. Trinta viaturas, que somadas a um pouco menos de dez, que existem no Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa, perfaz um montante em torno de quarenta viaturas.

É exatamente isso que a população espera do Governo do Estado do Paraná, porque a segurança pública, Srs. Deputados, é obrigação do Governo, é obrigação do Governador Roberto Requião. Agora, a partir de ontem, Deputados, Ponta Grossa deixa de contar com trinta viaturas que lá estavam; deixa de contar com 150 policiais que vieram de outras regiões para fazerem essa mega-operação. E a partir de hoje, novamente, a região dos Campos Gerais e a nossa Ponta Grossa estão despidas, estão nuas, porque existe um déficit muito grande de policiais no batalhão da Polícia Militar e também da Polícia Civil.

O pedido que sempre é apontado pelos comandantes da Polícia ou o Delegado Geral é que se tem a necessidade de ter mais 150 policiais, lá no 1º batalhão da Polícia Militar, que é exatamente o número que veio de outras região para somar a esta grande, mega-operação, repito, que levou o nome de Ponta Grossa Segura.

Nessa operação foram apreendidos, Deputado Elio Rusch, em torno de cem pessoas, quer dizer, foram cumpridos cem mandados de prisão. Para vocês terem uma idéia, na região dos Campos Gerais existem mais de mil mandatos de prisão expedidos pelo Poder Judiciário! Aqui eu quero pedir e novamente chamar a atenção do Governador do Estado do Paraná, do Secretário da Segurança Pública: Nós precisamos de mais policiais! As dez viaturas que aqui eu falei que existem no Batalhão da Polícia Militar, em Ponta Grossa, só cinco delas funcionam, as outras estão com problemas mecânicos porque são viaturas muito antigas, que vieram lá do Governador anterior! O que nós queremos é que o Governador olhe para o problema de segurança, nós paranaenses não agüentamos mais! Nós, pontagrossenses estamos assustados com a crescente criminalidade na cidade de Ponta Grossa e em todos os municípios da região dos Campos Gerais.

O jeito de enfrentar é mais policiais! A maneira de combater: mais viaturas! A maneira de poder ter espaço para prender essas pessoas é ter mais espaço nas cadeias e nas penitenciárias!

Eu espero que o Governador escute, mais uma vez, o chamado da cidade de Ponta Grossa: Acorda, Governador Roberto Requião, acorda, Secretário de Segurança Pública! Olhem com bons olhos para a segurança dos paranaenses, olhem para a nossa cidade de Ponta Grossa e para a região dos Campos Gerais!

Precisamos de mais viaturas, precisamos de mais policiais para a Polícia Civil e também para a Polícia Militar! Esta é a forma e a maneira de combater a criminalidade e a verdade é que com esta mega-operação tivemos mais policiais na cidade, mais viaturas que vieram de outros batalhões, de outras regiões e o problema foi amenizado. Isso prova que há um déficit na região dos Campos Gerais.

Acorda, Governador Roberto Requião, nós não agüentamos mais!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso a tribuna nesta tarde para registrar, com tristeza, um voto de profundo pesar pelo falecimento de um advogado, ex-Vereador, ex-Presidente da Câmara, Presidente do PDT de Campina Grande do Sul, Dr. Pedro de Bortolli, ocorrido na última sexta-feira naquela cidade.

Dr. Pedro era um amigo da cidade, um amigo do PDT, companheiro de Leonel Brizola, inseparável na luta pela restauração da democracia e pelo estado de direito do Brasil e se manteve fiel às propostas políticas partidárias a que se propôs.

Com seu falecimento a Rede Cupim de postos de gasolina e churrascarias perdeu o seu diretor-fundador, conhecido como Dr. Pedro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos visto muita coisa caminhando mal no Brasil, muita coisa indo de mal a pior. O setor de telefonia: você não consegue usar um orelhão em Curitiba que não esteja com problema. A rede de telefonia pública está praticamente toda danificada, quer pelos predadores - que é a questão da falta de segurança - quer pelo abandono das empresas de telefonia, que preferem isto, porque fazem com que o usuário se force a usar o celular.

Então, fica aqui o nosso protesto contra a situação. E quando as coisas funcionam bem vem o Governo Federal, este mesmo Governo que tem um irmão que agora está agenciando prestação de serviços lá em São Bernardo do Campo e que tem um filho que fez um contrato

de cinco milhões de reais com a Telemar (uma empresa de telefonia pública), que está aí envolvido no mensalão, cria, através da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) uma consulta popular de nº 31.

Esta consulta, na verdade, veio para dificultar a vida das farmácias magistrais do Brasil. E a Associação Nacional de Farmácias Magistrais que compareceu nessas reuniões e nessas audiências públicas a nível de município, a nível de Estado e a nível de Brasil, tira um documento e encaminha-o à Anvisa para que ela possa, a partir dessa orientação, dessa vontade das Farmácias Magistrais do Brasil, então, poderem tirar o seu norte, o seu rumo e dar uma orientação daquilo que era a pretensão inicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que seria melhor os prestadores de serviço e as farmácias espalhadas em todo Brasil, que prestam um relevante serviço e bem mais barato, bem mais responsável e um serviço que realmente vem atendendo às necessidades da população brasileira.

Estamos aqui hoje com a visita dos Diretores da Anfarmac, que vieram nos trazer um documento, que vamos encaminhar à Anvisa e ao Senador Álvaro Dias. E este, através do Senado, para as providências e para que se faça justiça aos profissionais de farmácias neste Brasil.

Está aqui e veio encaminhar esse documento a Dra. Tereza que é Vice-Presidente da Associação, a Sra. Ângela, que é uma Diretora, a Sra. Marina e Satiko que vieram à Assembléia Legislativa do Paraná representando todo o setor, uma vez que a Dra. Cleonice se encontra em Brasília no Congresso Nacional levando lá esse documento tão importante para o setor e para o consumidor brasileiro.

Portanto fica, aqui, registrado a nossa posição; iremos encaminhar essa documentação à Anvisa, bem como também ao Congresso Nacional.

Muito obrigado aos senhores profissionais que, aqui, vieram e parabéns pela luta e pela posição que assumiram em defesa dos interesses da população paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado José Maria Ferreira.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar que, mesmo tendo uma baixa frequência na Casa, hoje pela manhã foi realizada uma audiência pública com vista a discutir o Decreto Legislativo 003/2005 de autoria do Deputado Elio Rusch, e solicitada audiência pública por este Deputado, pelo Deputado que ora preside esta Sessão, Deputado Pedro Ivo e pelo Deputado Elio Rusch para que pudéssemos discutir e conhecer

com mais profundidade as questões que levam o Estado do Paraná, através do IAP, a fazer as exigências que estão fazendo, a conhecer com maior profundidade o Código 4771/65, o Decreto Governamental 33.320 e o Decreto que foi alterado, o 387.

Para surpresa nossa, deste Deputado em especial, que coordenou a audiência, não teve uma frequência muito elevada, mas a discussão caminhou dentro de um cordialidade e de uma franqueza para se discutir, para se conhecer os problemas que hoje estão sendo enfrentados pelos agricultores, pelos proprietários de terras do nosso Estado.

O Estado do Paraná, através do IAP tem uma grande responsabilidade em fazer preservar as nossas matas ciliares e também, a reserva legal. Há algumas dificuldades que foram constatadas, que é sobretudo, de relacionamento e de instrução. O chefe de núcleo de uma regional está a afirmar uma conduta a ser aplicada a determinada questão e noutro núcleo regional a conduta e a exigência é outra.

Então, está faltando diálogo, porque não é através da imposição, não é através da força legal que nós iremos fazer a melhor preservação ambiental, e iremos trazer para o seio desta discussão, a consciência ecológica, a consciência ambiental. Todos os agricultores, como de resto, toda sociedade, tem consciência do momento que nós vivemos, tem consciência da gravidade pela qual nós passamos que, se não houver uma preocupação séria, efetiva, com ação propositiva, positiva para a resolução do problema da água no nosso planeta, no nosso Estado, na nossa região; muito em breve teremos dificuldades de água para o consumo humano. Os nossos recursos hídricos, a cada dia são menores e de mais baixa qualidade com relação à sua pureza.

Por esta razão foi que entendemos de convocar esta audiência pública e o Plenário da Assembleia Legislativa teve a sensibilidade de possibilitar a realização, onde compareceram, além dos Deputados que mencionei, também estiveram o Deputado Barbosa Neto e a Faep, o Crea, a Associação dos Suinocultores do Estado do Paraná, a Copel, a Sanepar. Estiveram presentes também, além do Rasca, representando o Governo do Estado e o órgão normatizador e fiscalizador. Então, há um entendimento que nós precisamos maior discussão. Precisamos, necessitamos, através da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, acionar mais ao IAP e buscar o entendimento entre os interessados.

Aqui quero fazer um registro bastante breve, Sr. Presidente. É justamente quanto ao desempenho e ao funcionamento do seu mandato nesta Casa. O mandato do Deputado Pedro Ivo está voltado em muito, para a questão ambiental e hoje nós tivemos o privilégio de receber V. Exa., uma película mostrando a degradação, mostrando a preocupação com as nossas florestas de araucárias. Muito bem elaborado, que com certeza servirá como instrumento didático, para que possamos fazer o convencimento em defesa do meio ambiente.

Parabéns, Deputado Pedro Ivo, pelo trabalho que tem feito nessa área. Esta Casa está de parabéns por ter propiciado este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na mesma linha do Deputado José Maria Ferreira, eu também gostaria de discorrer sobre a audiência que aconteceu na manhã de hoje, no plenarinho da Assembleia Legislativa.

Temos que agradecer a presença das entidades que estiveram presentes, embora só estivessem presentes os três Deputados: Deputado Pedro Ivo, José Maria Ferreira e a nossa pessoa, que discutiram a legislação que regula hoje o Código Florestal Brasileiro. A FAEP estava representada, a IEP, a OCEPAR, o CREA, a Associação Paranaense de Suinocultores, a Sanepar, entre outras entidades que participaram nessa audiência pública.

Deu para perceber claramente, que existem hoje controvérsias, conflitos, na legislação ambiental, a nível nacional.

Uma outra questão e é importante que se diga, que no Congresso Nacional, no momento, se discute o novo Código Florestal Brasileiro. Ora, se o Congresso Nacional está discutindo, por que no Estado do Paraná nós vamos atropelar esse processo, alterar a legislação em vigor até agora, para aplicar uma nova legislação mais severa?

Todas as entidades e os agricultores, na sua grande maioria, no Estado do Paraná, hoje, estão conscientes da necessidade da preservação do meio ambiente. Entendem os agricultores que a maior crise que vai ter no mundo, que não é financeira, não é de guerra, é a crise da falta da água, esse líquido precioso. E só existe uma forma de nós preservarmos a água: Preservando o meio ambiente.

Cada caso é um caso. Não adianta o Governo do Estado, agora, usar a Secretaria do Meio Ambiente, o IAP, e começar a autuar os nossos agricultores. Nós temos que dar condições para que o agricultor possa se legalizar e se adaptar à legislação vigente.

Ora, o Decreto 387, do governo passado, Jaime Lerner, criou no Estado do Paraná, doze agrupamentos.

O atual governo aumentou para 21 agrupamentos. Dificultou. Inclusive, citei hoje de manhã, um exemplo que aconteceu com um agricultor em Santa Helena.

Ele comprou vinte alqueires de terra, de mato, no município de Assis Chateaubriand e estava dentro do mesmo agrupamento de acordo com o Decreto 387. Muda o decreto, restringe, aumentam-se os agrupamentos, a terra desse agricultor fica no município de Santa

Helena e, ele não conseguiu averbar os vinte alqueires de terra, porque estava em processo de inventário.

Terminado o inventário de que ele comprou os vinte alqueires, quando ele foi no Registro de Imóveis para averbar, havia mudado o decreto, os vinte alqueires estavam fora do agrupamento quando ele comprou a sua área.

Que absurdo, que barbaridade! Aonde é que nós chegamos? O agricultor quer se habilitar, compra a área e não consegue?

Quando transmiti isso hoje de manhã, o Presidente do IAP, Raska, disse que não está no conhecimento dele. Eu vou mandar-lhe todos os documentos pelo processo que está comigo. Dizer ao Sr. Presidente que a própria FAEP hoje, através dos seus técnicos, quer sim, regularizar a situação, só que o técnico que estava lá hoje, Luís Anselmo, que é o Coordenador do Meio Ambiente, disse que quando transmite alguma coisa para os seus associados, os seus agricultores, quando chega o IAP, eles aplicam de forma diferente e dizem que não é isso que prevalece e que não é isso que vale. Então, essa questão tem que ser regulamentada.

Passa a usar o horário da Liderança do PFL

Se não bastasse tudo isso, e nós entramos com esse decreto legislativo para revogar o Decreto 3320 do atual Governador Roberto Requião, porque esse Decreto 3320/2004 não revoga o 387; ele traz umas adaptações.

Então, na verdade, nós temos dois decretos que regulamentam a questão da lei ambiental do Estado do Paraná e o código florestal brasileiro. Então, faça-se um decreto só. Crie-se menos confusão na cabeça dos nossos agricultores.

Agora, veja, Deputado Neivo Beraldin, o senhor que apresentou aqui um projeto sobre o ICMS ecológico e que gosta da questão do meio ambiente, o que é que diz o artigo 13, parágrafo único do decreto do Governador Roberto Requião, 3320? “Parágrafo Único: A partir da publicação do presente decreto será nulo de pleno direito qualquer novo instrumento adotado que vise postergar de prazos, ou alterar cronograma na implantação de reserva legal.”

Ora, o decreto é tão forte, Deputado Tadeu Veneri, que lei não derruba mais! Quer dizer, o decreto vai estar acima de qualquer lei estadual, ou de qualquer lei federal! Isso é um absurdo, isso não existe na legislação brasileira, não pode existir isso! E tem mais. Quando eu disse que esse decreto complementa o decreto anterior, o que ele diz no final? O último artigo diz o seguinte: “O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”. Ele não revoga outro decreto! Por que não revoga?

Ele complementa, porque o artigo 14 diz o seguinte: “Ficam acrescidos, no artigo 4º do Decreto 387, as seguintes definições:” (cria-se mais duas letras).

Ora, então por que não fez uma cópia do decreto anterior e incluiu o que eles queriam incluir? Por que ter dois decretos que regulamentam a mesma matéria? São essas coisas que têm que ser originais!

Isso me levou a trazer aqui para a Assembleia Legislativa um decreto legislativo para revogar esse decreto do Governador. Tem que revogar o 3320, porque, se revogar outro decreto, esse aqui é inócuo porque ele não diz nada.

Então, quero parabenizar o Presidente da Sessão de hoje, o Deputado Pedro Ivo, pelo trabalho que está realizando no sul do nosso Estado. Inclusive mostrou, por meio de uma filmagem, que existe agricultores que têm 81 hectares e não conseguem plantar nada, porque têm araucária e têm mato. Ele, com a sua propriedade, tem que arrendar um outro pedaço de terra para plantar milho e sua comida. Quer dizer, são esses absurdos que existem na legislação, hoje. Oitenta e um hectares e ele não pode plantar nada!

É lógico que não é só a legislação estadual; é a legislação federal. Então, essas questões merecem ter um estudo e não dá para fazer tão apressadamente. As questões vêm de cima para baixo. Por que aplicar um novo decreto restringindo a possibilidade de os nossos agricultores se adaptarem na legislação do meio ambiente no nosso Brasil?

Não dá para entender isso.

É por essa razão que eu espero que ao menos essa audiência pública tenha servido para mobilizar as entidades que estejam interessadas, efetivamente, na questão do meio ambiente.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Permite um aparte, Deputado Elio?

(Assentimento)

O senhor tem toda razão. Eu até gostaria de sugerir, no caso desse agricultor que tem 81 hectares e não pode plantar, que o Governo compre a sua terra para que ele possa adquirir uma outra terra agricultável. É injusto ele arcar com um bem que todos nós vamos usufruir.

Era esse o meu aparte.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Bradock, isso foi questionado hoje pela manhã, foi debatido na audiência pública. Caso um agricultor tenha uma propriedade que ultrapasse a reserva legal, que são 20%, ele não pode desmatá-la. Ora, se ele não pode desmatar, então o Governo tem que indenizá-lo, porque com toda certeza essa legislação veio *a posteriori* da aquisição dessa terra.

À medida que vai passando o tempo, você se submete e se sujeita a trazer à discussão, mas sem radicalismo, uma discussão que possa ouvir os segmentos da sociedade, porque só vamos resolver o problema do meio ambiente se tivermos colaboração da sociedade. Eu disse, na manhã de hoje, que o Parque Nacional do Iguaçu só existe, está intacto, porque os agricultores o preservam.

Se não fossem esses agricultores, o que teria acontecido com o nosso Parque Nacional do Iguaçu?

Então, não podemos ver o agricultor como destruidor da natureza! Tem agricultores que desmataram a sua propriedade, destocaram até a barranca do rio. Sim, houve. Mas por culpa do agricultor? Não! Por que no passado não se fiscalizou? Deu-se liberdade? Pelo contrário, o Governo financiou a destoca para o agricultor! Ele recebeu recursos do Governo Federal para destocar a sua terra até a barranca do rio!

Não podemos, de uma hora para outra, penalizar esse agricultor que por falta de orientação cometeu esse crime. Então, são essas questões que realmente nos chocam. Eu espero que o Governador do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente, através do IAP - que é o órgão responsável pelo meio ambiente no Estado do Paraná, seja acessível.

Eu vi, hoje, de certa forma o Sr. Raska acessível, mas de outra parte, também não. Nós fomos muito educados com ele...

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Não tenha dúvida, hoje, como já disse, foi uma audiência extremamente produtiva e observamos, por parte do próprio IAP, na pessoa do Raska, que há uma disposição para o diálogo, para melhor compreender o momento em que vivemos.

V. Exa. tem toda razão: nós só iremos ter um meio ambiente preservado, de forma permanente, a partir do momento em que tivermos a sociedade engajada. Não é Governo que faz consciência ambiental; quem faz consciência ambiental é a sociedade. O governo é indutor desse processo. O IAP precisa atuar como indutor. Quero crer que nós, Deputados, teremos condições de fazer com que esta situação possa ser estabelecida no Paraná.

Não tenha dúvida, o decreto que S. Exa. traz para discussão é que oportunizou essa discussão. Por isso parabênzo, mesmo discordando, mas provocou o debate, provocou a iniciativa, provocou que nós pudéssemos hoje estar aqui discutindo essa questão.

Parabéns!

Grande Expediente:

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Declino da inscrição do Grande Expediente e concedo com muito prazer ao ilustre orador que ocupa a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa., então, tem mais trinta minutos.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao Deputado Neivo Beraldin.

Com toda a certeza não vou usar todo o tempo, uso mais uns cinco minutinhos, talvez um pouco mais. O resto do tempo o Deputado Neivo, com toda a certeza, poderá usar.

Fico muito grato, Deputado Neivo Beraldin porque é um assunto realmente que mexe com a economia do Estado do Paraná, porque na verdade é a agricultura que alavanca a nossa economia.

Hoje pela manhã, permitam-me, Srs. Deputados, até citei para o Presidente do IAP, para o Raska, e ele disse que o governo atual está agindo. Ele não pode ficar de braços cruzados! Tem que agir para que amanhã ou depois não seja acusado por omissão. Todo governo tem que agir. Os governos passados também agiram. Mas, não é alterando a legislação e complicando a posição e a situação dos agricultores que nós vamos resolver a questão. Citei, por exemplo, e aqui faço até um questionamento; muitas vezes divulgando muitos fatos, estamos prejudicando a nós mesmos.

Vamos pegar um exemplo, Deputado José Maria Ferreira, fugindo um pouco da questão do meio ambiente. O que aconteceu essa semana no Município de Eldorado, no Mato Grosso do Sul? Um foco de febre aftosa! Cento e poucas cabeças de uma fazenda num total de quinhentas cabeças, foram constatadas com foco de aftosa! A imprensa no Brasil inteiro está dando ampla cobertura! O mundo inteiro hoje está sabendo que no Brasil existe um foco de aftosa!

Ora, ao invés de resolver a questão lá no Mato Grosso, elimina essas quinhentas cabeças de gado, como serão eliminadas, e não se dá ênfase no foco da febre aftosa. Um país da Rússia já cortou a importação da carne brasileira!

Quem é culpado disso, Deputado José Maria Ferreira? Nós, brasileiros, porque damos isso como grande novidade, um furo de reportagem, mostrar que no Brasil, no Mato Grosso, quase na divisa, existe um foco de febre aftosa! Em prejuízo à economia do nosso País!

Então, existem questões muitas vezes que vêm em prejuízo à Nação e a uma população como um todo quando você dá ênfase a essa questão. Lógico que aconteceu o foco, mas eliminamos, lá no Mato Grosso.

Agora, o que sinto mais ainda, escutei hoje pela manhã a entrevista do Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne, Pratini de Moraes, quando perguntado de três milhões de reais que o Governo Federal liberou para o Governo do Mato Grosso, se isso seria suficiente para combater a aftosa lá no Mato Grosso, ele disse: Claro que não é suficiente!

Não me lembro dos números, peço perdão se vou errar, disse que o Brasil exportou dois ou três bilhões de

dólares em carne. Por que o Governo não pode liberar 100 milhões de reais? Para combater exatamente a aftosa em nosso País? Então, quer dizer, o Governo me parece que muitas vezes está muito mais preocupado em querer divulgar a sua imagem, a resolver as questões ali em baixo, na base.

O que quer o Estado do Paraná, Deputado José Maria Ferreira? V. Exa. que já era Deputado no Estado do Paraná, há oito anos passados, que ninguém diz nada, ninguém fala mais, porque nós só lembramos das coisas boas o dia que nós as perdemos ou deixamos de aproveitá-las.

No Paraná, por exemplo, não estava liberada a exportação de carne; tinha barreira. Resolvemos essa questão com um trabalho que o governo passado fez, quando Hermas Brandão era Secretário da Agricultura. Em parceria com a Faep, a Ocepar e com todas as entidades do Estado do Paraná, criou-se um programa muito amplo, que convenceu e conscientizou os nossos agricultores, os produtores de carne em todos os sentidos, para que pudéssemos eliminar efetivamente a questão da febre aftosa no nosso Estado. Cada um tem que fazer a sua parte e continuar.

No Governo do Mato Grosso do Sul, o Zeca, será que ele deu continuidade a um trabalho que ali foi feito no passado? “Fiz tantos quilômetros, gastei tanto na sanidade animal.” Mas é obrigação nossa de fazer isso! Se não fizermos isso, a peste vai pegar!

O Paraná é o maior exportador de carne de aves do Brasil. O Oeste do Paraná tem um número importante, Rafael Greca: abatemos um milhão e trezentos mil frangos por dia. O Paraná tem dez milhões de habitantes, em números redondos. Se cada frango desses pesa dois quilos, são dois milhões e 600 mil quilos de frango. São 250 gramas de frango que nós produzimos, por habitantes no Paraná, por dia. São números astronômicos.

De repente vem essa tal dessa gripe asiática, que agora já está na Colômbia um outro foco, que a imprensa noticiou hoje...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

É a gripe espanhola, segundo uma pesquisa que foi feita por geneticistas estrangeiros, que saiu na internet, aqui, nos meios da mídia no fim de semana. É a gripe espanhola de 1917, cujo vírus matou metade da população de Curitiba e que teria sido incubada e internada e voltou agora como gripe de galinha. É uma coisa assustadora que tenham ressuscitado o vírus da gripe espanhola, até para fazer o estudo. Agora, compararam geneticamente os dois vírus e chegaram à conclusão que são semelhantes.

Essa é uma hecatombe econômica, como há uma hecatombe de frangos, que é um grande sacrifício de frangos. Pode ser um sacrifício econômico para os produtores de Palotina e de todos os frigoríficos da sua região,

Deputado Elio Rusch e pode ser uma hecatombe econômica para o Brasil também, porque vendemos para os árabes, os orientais, e pode o frango de repente sair da moda dos cardápios do mundo inteiro, como aconteceu com o bife, no tempo da “vaca louca”.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Aí é que vem à questão, Deputado Greca, que os governos têm que se preocupar. Temos que parabenizar o Governador em exercício, Orlando Pessuti, que é o Secretário da Agricultura, que logo após o foco constatado no Mato Grosso, imediatamente trancou a importação de gado no Estado do Paraná.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Tem que fechar a Ponte de Guaíra, porque a cidade contaminada é do lado de lá da Ponte de Guaíra.

Todas as barreiras do mundo são fitos-sanitárias. Eu não sei se o senhor se lembra, Deputado Elio Rusch, quando eu era Secretário da Comunicação, recebi, porque falo italiano, um grande enviado econômico da Comunidade Européia, que veio ver a questão da febre aftosa e de todas as endemias rurais - não me lembro do nome dele agora -, aqui, no Paraná.

Esse senhor, que veio do interior da Itália e que é uma espécie de Ministro da Agricultura na Europa, disse na ocasião, na Federação de Agricultura do Paraná, que a única barreira alfandegária que há hoje no mundo é a barreira fitos-sanitária - é a sanidade dos bens exportados que é usada para coibir a entrada de produtos. O Brasil estava livre da febre aftosa, tinha o seu rebanho carimbado como de qualidade e por negligência do governo federal, que é isso que o noticiário diz, o Brasil volta a ter esse problema. Isso é o atraso de um governo que só quer pagar juros. São 157 bilhões de reais que vão sair este ano, do País, para pagar os juros dos bancos internacionais, juros da dívida!

Com dez bilhões de reais, Deputado Elio Rusch, nós arrumávamos todas as estradas do País.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Rafael Greca, nós sabemos que a questão é muito complexa e eu não sou um especialista; não sou nem veterinário, nem zootecnista e nem agrônomo formado, mas de toda área conhecemos um pouquinho.

A grande preocupação nossa é que os governos não só o federal, mas todos os estaduais - são co-responsáveis, sim! Agora, a maior preocupação tem que ser do Governo Federal, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que já foi Secretário da Indústria e Comércio de nosso Estado. Toda a industrialização que houve, deve-se através de política de incentivo que se deu no Estado do Paraná. Agora, se alguém do atual Governo ou dos governos futuros, começar a abandonar essa linha ou essa cadeia industrial em nosso Estado, nós vamos ficar para trás e não só nos programas de incentivo para atrair as empresas, mas

os programas principalmente de sanidade - esse que não podemos perder.

Nós estávamos falando de meio ambiente e acabamos falando sobre a industrialização e a febre aftosa. Na verdade, são assuntos palpitantes, são assuntos que interessam à sociedade em um todo. Poderíamos falar muito sobre essa questão, sobre esse assunto, mas, com toda certeza, no futuro ou na semana que vem vamos debater ainda.

Só queria registrar ainda, Sr. Presidente, já que hoje é a última Sessão desta semana e na semana que vem, dia 17, estamos entrando já na semana do Referendo, quando todos os eleitores irão às urnas para votar no SIM ou no NÃO e eu apenas queria fazer uma colocação do que vimos na televisão ontem à noite e hoje pela manhã. Deputado Nelson Justus, fiquei preocupado!

Longe de querer ser leviano, de fazer qualquer acusação, de querer comparar o Brasil com o Hitler! Longe disso! Mas, o Hitler, quando desarmou a sua população, logo em seguida, treze mil judeus foram mortos.

Agora, o que é que disse o Ministro da Justiça ontem e o jornal de São Paulo denunciou e foi reproduzido com sua própria voz, quando ele disse que “o desarmamento não pretende retirar as armas dos bandidos”. Não são palavras deste Deputado, mas são do próprio Ministro e isso me deixou preocupado, quando sentimos o sensacionalismo que se cria, não só de um lado, mas até de ambos os lados. Isso é preocupante!

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Elio!

Só uma reflexão. Acho que seria extremamente demagógico se o Ministro viesse a público e dissesse que estamos fazendo uma lei para desarmar os bandidos. Nós temos um ex-Delegado de Polícia aqui e sabe que o bandido vai ser desarmado por aquilo que já temos no regime legal.

Nós não vamos desarmar o bandido por uma lei. Acho que seria bastante incoerente pensar, porque daí faríamos uma lei também dizendo que é proibido passar forme, faríamos uma lei dizendo que é proibido o subdesenvolvimento, dizendo que é proibido termos desigualdade social no Brasil.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Nós já fizemos. É a Constituição.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Então, acredito que não vai ser esse estilo de lei que vai resolver. Obviamente, entendo a sua reflexão, mas o projeto pretende fazer um debate por outro viés, desarmar no sentido de não permitir que cidadãos hoje se armem para outros motivos; aqueles que já são bandidos, obviamente não vai ser com a lei.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Tadeu, veja uma coisa, a outra frente do SIM que estão dizendo na televisão: o cidadão do interior pode comprar uma arma, está aqui no estatuto; o cidadão que corre risco pode comprar, está aqui no estatuto. Apareceu no programa, Deputado Marcos Isfer, eu assisti. Ora, onde você vai comprar, se está proibida a comercialização de armas?

Vamos parar de brincar com o sentimento da nossa população! Não é justo fazer isso! Agora tem uma lei do Estatuto do Desarmamento, é uma lei enérgica; só arma quem tem condições de comprar, quem não tem passagem pela polícia. Parece que está pior essa campanha do desarmamento do que uma eleição para a escolha do Presidente da República! As acusações são mais sérias, mente-se descaradamente para a população! Eu participei de um debate quando alguém disse: não, porque se o NÃO ganhar, cai o Estatuto do Desarmamento. Mas, o que é isso? Deputado Tadeu Veneri, não aconteceu aqui na Assembléia, lógico! Mas, pessoas que vão falar no microfone e que querem convencer os eleitores através de falsas verdades, para não chamá-los de mentirosos.

Concedo um aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Eu quero lhe contar que hoje um repórter, a meu pedido, foi à loja de munições e armas Pegasus, em Curitiba, e que não há mais armas para vender. Todas as armas novas foram vendidas; também não há mais munição para vender e a loja já está comercializando armas usadas. Eu temo que o governo tenha feito com a sociedade exatamente o contrário, que a violência, como diz o grande cronista brasileiro Carlos Heitor Cony “a violência não está nas armas, a violência está dentro de nós”. Então, o Estatuto do Desarmamento vai permanecer de qualquer jeito, mesmo que o NÃO vença esse plebiscito estranhíssimo, onde o SIM é o NÃO e o NÃO é o SIM. Quem vota por uma coisa, tem que dizer NÃO; e quem vota por outra, tem que dizer SIM. Inclusive, há uma contradição na forma de perguntar. Imagine o Brasil excluído, o Brasil ignorante, indo votar nessa pergunta capciosa.

Agora, quanto a observação do Deputado Tadeu Veneri, fazer uma lei que proíba a fome, fazer uma lei que dê educação para todos, fazer uma lei que não deixe cobrar juro, o Brasil já fez, é a Constituição de 1988!

O juro bancário que está sendo pago hoje no País é proibido pela Constituição...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não é, Deputado, já foi regulamentado o artigo 192, e o juro de 12% já caiu faz dois anos.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Então, já estraçalharam a Constituição!

Que grande mérito há em se estraçalhar uma Constituição por Medida Provisória? Então, veja V. Exa,

Deputado Elio Rusch, que é muito complicada essa questão. E o Dr. Fausto Lacerda me manda o Decálogo de Lenin para as ações táticas, para a tomada do poder pela via revolucionária.

E o décimo ponto diz o seguinte: “Procure catalogar todos aqueles que possuam armas de fogo para que elas sejam confiscadas no momento oportuno, tornando impossível qualquer resistência à causa revolucionária”. O revolucionário Lenin, que derrubou o governo fraco de Kerenski, em San Pittsburgh, na Rússia, em 1917, escreveu em 1913. Será que o comandante Dirceu não deixou isso armado antes de sair do Palácio do Planalto?

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Concedo um aparte ao Deputado Mário Bradock.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Deputado Elio, logicamente que foi extremamente infeliz o Ministro Marcos Thomaz Bastos, da Justiça, ele que seria o guardião maior da nossa segurança pública, dizer que os bandidos não serão desarmados. Talvez tenha sido a única verdade que ele disse até hoje, na questão do Referendo das Armas, que os bandidos não serão desarmados.

Talvez tenha sido a única verdade que ele disse, até hoje, na questão do referendo das armas. Só temos que agradecer a verdade que ele expressou na frente da Nação toda.

Agora, retirar as armas do cidadão de bem, isso é uma hipocrisia! O Deputado Rafael Greca tem razão: em todas as nações onde o desarmamento foi efetuado, tornou-se um regime totalitário. Não queremos isso para o Brasil e não vamos permitir, porque isso é altamente prejudicial a todos nós! Não se deve tirar um direito adquirido ao longo dos anos, ao longo do tempo e este Governo que se diz democrático, na verdade está tendo um misto mitigado de totalitarismo nas ações que ele procede.

O Sr. Marcos Isfer (PPS) (Aparte)

Gostaria só de fazer um aparte, Deputado Bradock, porque tanto na Austrália quanto no local onde existe a mais antiga Constituição, que é a Inglaterra, sempre foi proibido o uso de armas, a não ser pelas forças policiais.

O Dr. Delegado Bradock (PMDB)

Agora, dizer que o cidadão de bem vai poder comprar munição e arma, só se for na Bolívia e no Paraguai, porque aqui no Brasil não vai ser possível!

Vamos parar de hipocrisia! Vamos parar de mentir e vamos ficar com a verdade que o Ministro Márcio Thomaz Bastos disse: “os bandidos não serão desarmados!”

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Quero deixar bem claro: encampamos aqui na Assembléia Legislativa, ninguém é líder, aqui somos todos iguais, os 33 Parlamentares que subscreveram este

requerimento pela Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, cada um está percorrendo a sua região e cada um está fazendo o seu trabalho.

Agora vejo, com muita tristeza, Deputado Nelson Justus e Deputado Bradock, quando a outra Frente diz: “somos o movimento da vida”. E nós, somos o quê? Somos da vida, somos da paz, não queremos violência! Não queremos que a pessoa saia armada de casa! Para isso existe o porte de arma! Agora se pegar uma pessoa armada na rua, sem porte de arma, é crime, está no Estatuto do Desarmamento!

Brincar com o sentimento das pessoas é muito fácil; o emocional muitas vezes comove as pessoas, faz o espectador, muitas vezes, chorar na frente da televisão. Agora, o importante é que cada um tenha consciência quando for votar no dia 23 de outubro, porque, se tem uma coisa que é sagrada e há um estudioso que diz que cada vez que você diz que é proibido, cada vez que se tenta tirar o direito de alguém, você está subtraindo um direito que foi conquistado! E o direito à legítima defesa deve existir!

Vamos entender uma coisa, Deputado Marcos Isfer: ganhando o SIM, você estará proibindo ter uma arma, comprar uma arma. Está proibindo! O NÃO, faculta; a opção é sua! E quando alguém diz: “mas as crianças, os acidentes?” Esperem aí, quem tem que ter controle sobre a criança são os pais! E daí já vão para o emocional: “ah, mas se não tivesse o revólver, o fulano não teria matado a sua esposa! O promotor que matou a sua esposa grávida. Ah, se não tivesse arma não teria matado!” Ora, se ele quer matar alguém, pega o objeto que está mais fácil! Se não tiver revólver, mata com a faca; se não tiver faca, pega o rolo de macarrão, o socador de feijão, pega qualquer coisa! Agora, brincar com os eleitores, com o emocional, é isto que se está vendo!

Ontem, quando lançamos oficialmente, no Estado do Paraná, a campanha, embora ela já tenha iniciado - mas tem que criar um movimento no Estado do Paraná - esteve presente o Alberto Fraga, Presidente Nacional da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa. Ele inclusive citou um exemplo: a Angélica, que todos nós gostamos - e quem não gosta da Angélica, pelo menos gosta de vê-la, mas chegar perto dela, Deputado Marcos Isfer? Ela tem um monte de segurança! Ela tem um carro blindado! Para chegar em sua residência, tem um monte de guarda! Ela tem que dizer SIM. Tire os seus seguranças, tire o seu carro blindado e tire os guardas que estão protegendo a sua residência, para ver se ela continua dizendo SIM!

O Sr. Marcos Isfer (PPS) (Aparte)

Tenho visto V. Exa. falar de sentimentalismo e muito passionalismo na discussão desse plebiscito. Acho que formularam de maneira errada a pergunta. A questão é muito mais séria e teria que ter sido bem mais discutida com a população brasileira do que a forma como está sendo feita!

Agora, não é tirar o direito de legítima defesa. É tirar o direito de alguém matar. E esse matar, seja qual tipo de morte for, em que momento for, uma arma que mate uma única pessoa já justificaria que não tivéssemos armas. Temos que estar permanentemente desarmando, não é só o bandido; bandido tem que estar preso e não ter a possibilidade de agir. Não é nem estar desarmado, porque esse cidadão vai continuar comprando arma de contrabando, como faz hoje; não vai comprar arma em loja. Tínhamos, sim, é que não ter arma nenhuma para que evitássemos, não só os crimes passionais, não só os crimes hediondos que muitas vezes ocorrem, mas, principalmente, para que pudéssemos evoluir enquanto seres humanos.

Acho que é uma visão muito mais humanista do que uma visão pura e simples como está se tendo de negócio, porque muitas vezes entendo que aqueles que estão lutando estariam lutando, arranjando argumentos de quanto estaria perdendo o Brasil com venda de armas, quanto à indústria e quantos desempregados. Na verdade, as indústrias brasileiras vendem no Brasil cerca de 30% do que produzem; 70% exportam e vão continuar exportando. Não é através da arma que vai melhorar a sociedade; sem a arma, talvez, ela pode melhorar.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Deputado Marcos Isfer, ninguém tem o direito de matar. São exatamente essas colocações que são feitas que confundem o eleitor. Quando se vai para o emocional e V. Exa. sabe, que de janeiro do ano passado até abril deste ano foram comercializadas apenas três mil e quinhentas armas no Brasil. Qual é a nossa preocupação? Não é só o comércio da arma, mas é o direito à legítima defesa!

Não quero nem perguntar para o Marcos Isfer: os caras que defendem o SIM, vão colocar uma placa na frente da sua casa: “nesta residência não tem arma”. Imagine o que os assaltantes e marginais vão fazer, a partir do momento que é proibido!

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

O mesmo que fazem hoje.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não, senhor! Discordo de V. Exa., porque o assaltante tem medo da vítima! Não tem medo só da polícia, não, tem medo da vítima, porque não sabe o que vai encontrar, mas daqui a quatro, cinco, dez anos, se a lei vigorar, alguém que tem arma não pode comprar munição. Onde é que vai comprar munição. É proibido! Eu iria usar só cinco minutos, mas o assunto é palpitante, o assunto é interessante e preocupante para a sociedade do Brasil.

Espero que todos nós, brasileiros de bem, reflitamos profundamente sem paixão e sem emoção.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

No Horário da Liderança do PDT, o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, cumprimentar a todos aqueles que participaram da audiência pública que foi realizada no plenarinho desta Casa, tratando do Projeto da Reserva Legal, do Decreto Legislativo, parabenizar os Deputados Elio Rusch, José Maria Ferreira, que foi o autor da discussão, e também o Deputado Pedro Ivo, pela competência com que o tema foi tratado.

O Projeto da Reserva Legal estabelece as propriedades rurais, a preservação dos 20% da mata nativa e tivemos ali uma exposição muito confiante, e principalmente, vários pontos puderam ser discutidos e retratados naquela oportunidade.

Confesso que aprendi bastante e tenho um ponto de vista definido em relação a esse caso. O próprio Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Raska Rodrigues, esteve, com muita competência, trazendo a sua versão e acima de tudo, a posição do órgão que está aí agora, vinculando a liberação da licença ambiental às propriedades rurais que respeitam os 20% da reserva legal. Na verdade, trata-se, sim, de um tema polêmico, e nós da região de Londrina, do Norte do Paraná, estamos bastante preocupados com o que pode ser tomado como decisão em função desse decreto legislativo. É claro que entendemos que o próprio mercado, seja nacional ou internacional, mais o externo e menos o interno, já caminham pela exigência da responsabilidade sócio-ambiental como já existe a questão da rastreabilidade na soja.

Isso, Deputado José Maria, é um caminho que com certeza teremos que atingir e compreender a posição do Instituto Ambiental do Paraná. O Coordenador do Meio Ambiente da Federação dos Agricultores do Estado do Paraná, FAEP, Sr. Luiz Anselmo Tourinho, fez uma exposição muito interessante e pudemos apreender de tudo isso que, não apenas e tão somente a floresta em si sendo preservada, vai resolver o problema da falta de respeito para com o meio ambiente.

Há necessidade também de um manejo dessa floresta desde que não haja agressão a ela, mas também, o respeito ao solo, às matas ciliares que o Governo do Estado tem essa preocupação e além, é claro, da reserva legal desses 20%.

Sou leigo neste assunto, mas sabemos também que a questão da água deve ser respeitada, a forma como ela incide no solo, para evitarmos o assoreamento ou as erosões e o Paraná tem, sim, um modelo a ser copiado por outros estados brasileiros, principalmente quando o Sena-

dor Osmar Dias foi Secretário da Agricultura e implementou algumas mudanças que foram verdadeiras conquistas para que hoje tivéssemos esse estágio avançado na questão do meio ambiente, principalmente no campo.

Pudemos compreender ali, Deputado Elio Rusch, Deputado José Maria, que é necessário ampliar essa discussão, envolvendo, quem sabe, todos os setores da sociedade, ministrando palestras, promovendo seminários, para levar ao homem do campo, principalmente ao pequeno, ao médio agricultor, mais informações a respeito desse decreto legislativo, mas que haja, acima de tudo, uma linguagem unificada do próprio Instituto Ambiental do Paraná, que vem tendo dois comportamentos, dependendo da região em que se encontra. Isso é extremamente importante para dar garantias ao próprio agricultor, sobre como ele deve proceder em relação a tudo isso, porque, se houver essa dificuldade de linguagem, acaba também prejudicando a própria compreensão do agricultor.

Entendemos, também, que é necessário fazer aqui uma ressalva, que os agricultores que no passado devastaram as suas terras para abrir caminho, para abrir o campo para a agricultura ou para a pecuária ou mesmo a extração de qualquer outro tipo de vegetal ou mineral da terra, não podem ser penalizados ou responsabilizados como os grandes vilões do problema ambiental que hoje se avizinha em nosso país, em nosso Estado. Há, na verdade, que se louvar, porque alguns, já no passado, tinham essa preocupação ambiental. Hoje, portanto, eles sabem, têm essa consciência que na época não tinham; não foram orientados, não foram informados. Por isso é que temos que ter essa preocupação, para que as próximas ou as atuais gerações possam se adequar a essa nova realidade.

Só para citar um exemplo, ali no vídeo exibido pelo Deputado Pedro Ivo, no ano de 1500, 80% do nosso Estado era ocupado por araucárias. Hoje, não temos mais remanescentes intocáveis da mata nativa; restou apenas 0,8% de todo o nosso território. E a consequência que vimos de tudo isso, com esses acidentes climáticos, essas intempéries acentuadas que estão principalmente acontecendo, agora a mídia tem mostrado o que acontece nos Estados Unidos, com furacões, tufões, que também já aconteceram no começo deste ano, por exemplo, no litoral de Santa Catarina, fenômenos climáticos, que não eram observados até pouco tempo atrás. Quer dizer, no inverno faz calor, no verão, faz frio. Essa é a consequência do desequilíbrio ambiental e do desrespeito com a natureza.

Tivemos agora, recentemente, no Rio Grande do Sul, uma seca de cinco meses. Durante um ano choveu escassamente no Rio Grande do Sul, e até agora estamos pagando as consequências. Agora tem chovido ou choveu nos últimos dias, como nunca choveu numa primavera!

Então, tudo isso precisa ser colocado, porque é uma consequência direta da ação do homem de forma não consciente.

Estamos trazendo à sociedade a nossa preocupação, o pequeno e o médio produtor, aqueles que têm em excesso a sua mata preservada devem ser premiados, como acontece, por exemplo, a Rio 92 tratou ou o Protocolo de Quioto, como que começa a ser adotado por outros países. Temos que garantir os royalties para esses pequenos agricultores. Até de países que também estão degradando o meio ambiente, como os Estados Unidos, que fazem avessos a tudo isso.

O Brasil não pode pagar sozinho por tudo isso, como também o Paraná, o pequeno, o médio agricultor. Mas temos que ter essa consciência de preservação dessa mata legal, dessa reserva, que com certeza é muito benéfica para todos nós, brasileiros, principalmente para as futuras gerações. Qual é o país que vamos deixar para os nossos filhos?

Achei interessante, o Deputado José Maria diz que o Rio Jacutinga tinha um metro e oitenta de profundidade e que quarenta anos depois, hoje, tem quarenta centímetros. Será que daqui a vinte anos vamos ter esse mesmo Jacutinga, que é aonde nasceu o nosso querido Fiori Luiz?

Acho que temos que ter essa preocupação, porque os assoreamentos, as erosões, tudo isso são consequências da forma nefasta com que foi tratado pelo homem inconsciente, que não tinha visão preservacionista da nossa natureza.

Parabenizo mais uma vez a todos os promotores dessa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Horário da Liderança do PT. Liderança do PSDB. Liderança do PMDB.

Para usar da palavra, o Deputado Rafael Greca de Macedo.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É para contar à Assembléia algumas informações que tive na recente viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo. A primeira delas é que a ONG de não violência mais destacada do Rio de Janeiro, segundo me informa a jornalista Hildegard Angel, principal colunista do Jornal do Brasil, já há três anos é custeada por uma indústria de armamentos inglesa. Os britânicos dão um milhão de libras esterlinas por ano para uma ONG de não violência do Rio de Janeiro, de olho no mercado de armas do Brasil, quando as empresas de armas brasileiras forem proibidas de fabricar e vender munição e armamentos.

A segunda informação é que a Glock, empresa de armas austríacas, está se instalando em Campinas, e, aliada a uma grande corporação brasileira, deve abrir, assim que vença, se vencer o SIM na questão do plebiscito, a

Glock pretende abrir a maior empresa de segurança do mundo no Brasil.

Então, o que estamos vendo, num plebiscito estranhíssimo, onde o SIM é não e o NÃO é sim, o que estamos vendo é aquela confusão que o cronista Carlos Heitor Coni resumiu muito bem: “a violência não está nas armas, a violência está em nós mesmos; culpados que sabem o que fazem, e inocentes que sabem o que fazer”. Os culpados continuarão sabendo o que fazem. Os bandidos usarão granadas, metralhadoras, projéteis, revólveres, o tráfico de armas continuará, a indústria de armamento internacional usará, para entrar no Brasil, o aeroporto do Galeão, os portos brasileiros, o lago de Itaipu, aonde, incredivelmente, a Marinha não mantém uma patrulha, nem a Marinha e nem o Exército.

Por que a gente mantém a Marinha e o Exército se quando se pede para eles policiarem as cidades eles dizem que não são para isso, são para proteger as fronteiras, e lá na fronteira, por que eles não estão? Por que há aquele contrabando de fardos de cigarros, vergonhoso, em baixo da Ponte da Amizade? Por que é que embaixo da Ponte da Amizade, na cabeceira da Ponte não tem um Quartel do Exército? Daí os contrabandistas jogariam os fardos de cigarros, os soldados faziam ginástica e já pegariam o fardo de cigarro, já que eles só fazem ginástica no quartel, poderiam fazer a ginástica de apanhar fardos de cigarro e tirar do Brasil a vergonha de ter na entrada do Paraná um ponto de contrabando.

Então, o que nós estamos vendo são culpados que sabem o que fazem, e inocentes que não sabem o que fazer. O Carlos Heitor Coni é um grande humanista. Também é humanista o meu amigo Millôr Fernandes que falou que o Governo Lula agora só falta regulamentar o calibre, ou a envergadura das armas que vão ser utilizadas pelos bandidos.

Não vale acreditar que os artistas da TV Globo estão falando por si; eles podem estar falando por obrigação da corporação, e por obrigação do grande anunciante que é hoje o Governo Federal, para quem a televisão deve vários bilhões de reais através de empréstimo do BNDS.

Então, nós temos que pensar em tudo isso na votação porque os culpados sabem o que fazem, e os inocentes nem sempre sabem o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Consulta à Liderança da Oposição.

Consulta à Liderança do Governo se fará uso do seu tempo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 055/2005, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, sugerindo a criação da Farmácia do Servidor Público do Estado do Paraná. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 056/2005, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, sugerindo a exclusão de produtos do regime de substituição tributária. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Jesuítas.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 270/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Jesuítas o imóvel urbano localizado na área P-6-B da subdivisão da área P-6, no loteamento da Cidade e Município de Jesuítas, com área de 852,15 m e benfeitorias, de propriedade do Estado do Paraná, nos termos da Transcrição Protocolo nº 33.999, da Matrícula nº 8.583, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Jesuítas, especificamente pelo Departamento de Educação, com a finalidade de construção de uma pré-escola.

§ 1º O referido imóvel não poderá ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se, sem efeito a presente cessão.

§ 2º O Município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel, bem como pelas despesas e medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros relativos a benfeitorias produzidas no local.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.10.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Doze Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Nenhum.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 270, 427 e 474/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2005.

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 067/2005 e dos Projetos de Lei nºs 374, 582, 585, 587 e 595/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233/2004, 433, 456, 573, 583 e 588/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/2005 e das Indicações nºs 050 a 054/2005.

Levanta-se a Sessão.

* * * * *